

Construindo competitividade a partir da Certificação Florestal: um estudo na Ervateira Putinguense, RS

Bulding competitiveness from Forest Certification: a Study of *Ervateira Putinguense, RS*

Debora Nayar HOFF*
Roni BLUME**
Eugenio Avila PEDROZO***

RESUMO

O presente artigo busca verificar se a certificação florestal pode fazer com que competitividade e preservação ambiental converjam para gerar vantagem competitiva para os adotantes, com base em estudo de caso na única propriedade no Brasil a possuir certificação de erva-mate via FSC. A partir disso, é possível constatar que a certificação permite incremento de preço no produto final, conforme mercado, acesso a nichos de mercado (produtos ecológicos e orgânicos) e a novo mercado (indústria cosmética), com abertura de mercado potencial (indústria farmacêutica).

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, matas nativas, competitividade, erva-mate.

ABSTRACT

This article intends to find out if forest certification can cause competitiveness and environmental preservation to converge in order to generate competitive advantage for those who adopt it. The analysis was based on a case study in the only property of Brazil with an FSC *erva-mate* (Yerba mate) certification. The study leads to two main conclusions: there is a 20% to 67% increase in the product's final price, according to the market; access to market niches (organic and ecological products), new markets (cosmetics industry); and the opening of potential markets (pharmaceutical industry).

Key words: sustainable development, native forests, competitiveness, *erva-mate* (Yerba mate).

* Professora Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Administração da UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense. Mestre em Economia Industrial pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000), Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Contato: debora_hoff2@hotmail.com.

** Gestor Administrativo da Fundação Cultural e Assistencial Ecarta. Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Contato: roniblume@yahoo.com.br.

*** Professor Pesquisador da Escola de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991) e Doutor em Doctorat En Gestion pela Institut National Polytechnique de Lorraine (1995). Contato: eapedrozo@ea.ufrgs.br.

Introdução

A evolução da economia mundial impõe uma série de desafios aos setores produtivos de diversas áreas. O acirramento da concorrência, proporcionada por um sistema econômico mundial cada vez mais aberto, expande-se, afetando, além da indústria, as atividades de serviço – agropecuárias e de extração de recursos naturais.

Este movimento dos mercados é acompanhado pela mudança de perfil do consumidor, que inclui na sua agenda preocupações com questões relacionadas à preservação ambiental, devido a busca por melhor qualidade de vida. Entre as atuais demandas estão a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas, bem como a diminuição no uso de poluentes e na geração de resíduos. Estas tendências já influenciam os processos de produção das organizações, pressionando os produtores à mudança de postura. Além da preocupação com produtividade, custos, competitividade, as questões ambientais são inclusas nos seus processos de decisão.

A partir disso, constitui-se todo um conjunto de formas de certificação do processo de produção como sinalizadoras do comprometimento com as novas exigências. Existem autores que apontam o incremento de regulamentações e processos burocráticos ligados às questões ambientais como fontes de entraves à competitividade dos produtos, bem como de barreiras à entrada de produtos em certos mercados.

No mercado de produtos florestais, a certificação florestal estabelecida pelo Forest Stewardship Council – FSC – é a mais aceita em todo o mundo, tornando-se uma exigência para a entrada de produtos na Europa. Por este fato, a sua obtenção configura como um dos padrões de concorrência para diversos setores produtivos que usam matérias-primas de origem florestal, sejam elas madeiráveis ou não. Porém, no mercado nacional, este tipo de certificação ainda representa um diferencial competitivo, gerando ganhos para os produtos ou processos certificados.

Num contexto em que as demandas ecológicas influenciam os processos produtivos, impactando os rendimentos das empresas, parece pertinente questionar se um processo de gestão ambiental, que tem por diretriz a certificação do manejo sustentado dos recursos florestais, pode gerar vantagens competitivas. É preciso considerar que a sustentabilidade é um assunto polêmico e que as

mudanças provocadas pelas tendências mercadológicas, a ela relacionadas, tendem a pressionar as organizações na adoção de novas posturas de acesso a insumos, tipos de tecnologia produtiva e características de seus produtos finais.

Neste ambiente, as duas questões elencadas competem pela atenção do gestor: é necessário ser competitivo, pois o mercado de produtos de origem florestal sofre os impactos da abertura comercial e é necessário preservar o meio ambiente de onde saem os insumos produtivos, por pressão do próprio mercado. Assim, a certificação florestal pode surgir como alternativa para conciliar essas preocupações, aparentemente paradoxais, ou seja, a partir da preservação do ambiente, gerar competitividade aos produtos. O objetivo do estudo é identificar se a certificação florestal pode fazer com que competitividade e preservação ambiental convirjam para gerar vantagem competitiva para os empreendedores que a adotam.

Esta questão foi o elemento motivador para escolher a *Ervateira Putinguense* como objeto de estudo, pois é a única a possuir certificação florestal pelo FSC para erva-mate no Brasil (BATMANIAN, 2003). Atualmente, parte do erval é manejada em consórcio com a mata nativa. Este procedimento exige práticas diferenciadas, rompendo com o modo produtivo tradicional, pois o equilíbrio ambiental e a recuperação da biodiversidade são os objetivos perseguidos prioritariamente, mesmo que em detrimento da escala de produção. É justamente este o fato que torna essa erva-teira um objeto de estudo interessante.

O estudo de caso foi utilizado na presente pesquisa. Os procedimentos metodológicos contemplaram as seguintes etapas: 1. definição de referencial teórico; 2. coleta de dados secundários: pesquisa documental contemplando as origens, características e informações históricas sobre a organização escolhida e seu empreendedor – os documentos acessados constituíram material de divulgação da empresa, informações disponibilizadas por meio do site da empresa e algumas informações obtidas junto à universidade que dá suporte à iniciativa de certificação; 3. realizou-se observação direta, por meio de visita à unidade produtiva, visando compreender tanto o contexto quanto o fenômeno que está sob estudo; 4. procedeu-se a coleta de dados primários por meio de entrevista não estruturada, feita por dois pesquisadores em momentos distintos e gravada em ambos os momentos, sendo depois transcrita pelos próprios entrevistados. Foi entrevistado o senhor Eduardo

Guadagnin (dono do empreendimento), assim como dois funcionários da unidade. Os entrevistados representam 25% do quadro de pessoal envolvido com o processo produtivo. Teve-se o cuidado, na seleção dos entrevistados, de envolver o proprietário e gerente geral do empreendimento e dois dos trabalhadores que representassem os atores mais importantes na condução das atividades da propriedade; 5. a análise de dados realizou-se de forma qualitativa, interpretando-os à luz do referencial teórico e utilizando-se de diferentes fontes de informação.

As análises foram feitas enfatizando-se os seguintes aspectos: a) elementos que geram competitividade para o empreendimento; b) existência de uma vantagem competitiva oriunda do fato de a erva-mate ser certificada; e c) se a competitividade observada e a vantagem competitiva percebida fundamentam-se em elementos do ambientalismo renovado.

O artigo foi construído sobre três eixos de análise. O primeiro visa a construção conceitual sobre competitividade, ambientalismo renovado e certificação florestal. Tal item constituiu-se na base teórica da argumentação. O segundo abrange uma revisão dos estudos nacionais e internacionais que avaliam resultados ou observam benefícios proporcionados pela certificação florestal. Finalizando, busca-se, por meio do estudo de caso da Ervateira Putingense, obter informações que proporcionem a identificação de vantagens competitivas oriundas dos processos de certificação ambiental.

1. Competitividade, ambientalismo renovado e certificação

Na presente seção, são desenvolvidos elementos conceituais que ajudam na análise do caso em estudo. Busca-se nesta etapa enfatizar as principais características do processo, principalmente as que são usadas como orientadoras dos padrões de certificação.

1.1. Competitividade

A competitividade é entendida de diversas formas dentro das ciências sociais aplicadas, podendo tratar desde a análise de mercados específicos, onde várias firmas interagem, até o posicionamento de uma firma perante o mercado

onde atua. Uma das possibilidades de definição de indústria competitiva é apresentada por Guimarães (1982), que usa o termo “indústria” como sendo a identificação de um determinado setor produtivo composto por um conjunto de empresas. “Indústria competitiva” seria um mercado onde ocorre concorrência entre as empresas e não uma empresa posicionada em um determinado mercado.

Outra possibilidade é apresentada por Ferraz, Kupfer e Hagenauer (1997, p. 3), que vão tratar da empresa ou firma competitiva. Para estes autores, competitividade é “a capacidade de a empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado” – importante enfatizar que esta sustentabilidade refere-se à sustentabilidade econômico-financeira ao longo do tempo. Para os autores,

as empresas buscariam adotar, em cada instante, estratégias (gastos em aumento de eficiência produtiva, qualidade, inovação, marketing, etc.) voltadas para capacitá-las a concorrer em preço, esforço de venda ou diferenciação de produtos em consonância com o padrão de concorrência vigente no seu mercado (1997, p. 7).

Coutinho e Ferraz (1997, p. 18) indicam que as estratégias tendem a ser semelhantes entre as empresas que atuam em um determinado mercado. Além disso, indicam que

o sucesso competitivo passa, assim, a depender da criação e da renovação das vantagens competitivas por parte das empresas, em um processo em que cada produtor se esforça para obter peculiaridades que o distingam favoravelmente dos demais [...].

É importante saber como estão as questões macroeconômicas, infra-estruturais e internas da empresa, para que a empresa possa definir suas estratégias com alto grau de sucesso. Coutinho e Ferraz (1997, p. 19) as chamam “fatores determinantes da competitividade”. Para eles,

o desempenho competitivo de uma empresa, indústria ou nação é condicionado por um vasto conjunto de fatores, que pode ser subdividido naqueles internos à empresa, nos de natureza estrutural, pertinentes aos setores e complexos industriais e nos de natureza sistêmica.

Os trabalhos de Ferraz, Kupfer e Haguenaer (1997) e de Coutinho e Ferraz (1997) permitem o estabelecimento de uma relação entre estes, os fatores determinantes da competitividade (internos, sistêmicos e estruturais) e as estratégias competitivas adotadas pelas firmas. O padrão de concorrência decorre dos fatores determinantes da competitividade, que dependem das características do ambiente competitivo da empresa. O padrão de competitividade passa a ser entendido como o conjunto de requisitos mínimos que precisam ser atendidos pela empresa para que esta tenha condições de ser uma competidora no seu mercado de atuação. Sem estes requisitos mínimos, a empresa não estaria habilitada a participar do jogo concorrencial.

As idéias de Best (1990) dão suporte a esta última afirmativa, pois a ação estratégica seria a capacidade que as empresas demonstram, individualmente ou em conjunto, de alterar, a seu favor, características do ambiente competitivo tais como a estrutura de mercado e os padrões de concorrência.

Observa-se que as noções elencadas apresentam complementaridade, sendo esta caracterizada pela necessidade de conhecer tanto o mercado como os participantes para balizarem-se as ações das empresas. Entende-se, assim, que a competitividade passa a ser um desafio para as empresas, e a procura por mercados diferenciados tornou-se meta para negócios lucrativos.

Nesta busca, muitas empresas têm orientado as suas estratégias para os “negócios verdes” diante da pressão exercida pelos *stakeholders*, pela comunidade local ou por interessados em causas ambientais. Este “esverdeamento”, como sugerem Bansal e Roth (2000), é acompanhado de uma nova postura dos gestores das empresas que consideram os impactos ecológicos causados pelas ações dos processos produtivos na tentativa de inverter as externalidades negativas sem abrir mão da competitividade. Neste sentido, faz-se necessário discutir sobre o tema do ambientalismo renovado que abarca esta nova postura em relação às causas ambientais.

1.2 Ambientalismo renovado

A ampliação das discussões acerca do meio ambiente reflete-se na sociedade de diversas formas, inclusive na produção científica que aborda a temática. Além das

preocupações oriundas da sociedade civil, vários cientistas contemporâneos preocupam-se com as questões ambientais, gerando tendências na abordagem da temática.

É dentro deste ambiente que Egri e Pinfield (2001) propõem seu estudo em *Ecologia e meio ambiente*. Neste, sistematizam tendências existentes no trato das questões ambientais, em perspectiva histórica e evolutiva, indicando o posicionamento destas sobre a preservação dos recursos naturais. Chegam a três perspectivas que tratam do que chamam de “eco-ambientes” e demonstram como os valores ecológicos estão entrelaçados com os valores humanos no que concerne às realidades social, política e econômica desejadas.

As três perspectivas são: a) o paradigma social dominante que visualiza progresso ilimitado resultante da exploração de recursos naturais infinitos; b) o ambientalismo radical oposto à primeira perspectiva e que defende o igualitarismo das bioespécies, no qual o progresso econômico é negligenciado em favor da harmonia com a natureza; e c) o ambientalismo renovado, considerado uma perspectiva intermediária dentro da qual ocorre a defesa de arranjos sociais e biológicos, nos quais existe um equilíbrio entre os interesses da humanidade e da natureza.

O ambientalismo renovado, segundo Mafessoli (1996), pode ser uma alternativa para quem busca discutir formas de exploração dos recursos naturais, sem exterminar a fonte destes recursos. Para este autor, o mundo social está ecologizando-se, a natureza não é vista apenas como objeto de uso, mas insere-se em um processo de cooperação com a própria sociedade pela sobrevivência de ambas.

Tanto Egri e Pinfield (2001) como Andrade (2004) têm como pano de fundo de suas argumentações o conceito de desenvolvimento sustentável estabelecido no Relatório Brundtland, em 1987: desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades (WCED, 1987, p.47). Mesmo sendo um conceito controverso, pela dificuldade em delimitarem-se as necessidades a serem atendidas, continua a ter influência nas ações políticas, principalmente após o Encontro Rio-92 que estabeleceu como diretrizes básicas de observação as questões econômicas, ambientais e a sociais. Para o Banco Mundial (WDR, 2003, p1):

[...] assegurar o desenvolvimento sustentável requer prestar atenção não só no crescimento econômico, mas

também nos assuntos ambientais e sociais... a menos que se atenda integralmente à transformação da sociedade e ao uso do meio ambiente, em conjunto com o crescimento econômico, o próprio crescimento estará grandemente ameaçado no longo prazo.

Para Ribeiro (1992), seria necessária uma evolução do pensamento econômico acerca do meio ambiente, de modo que o conceito de sustentabilidade passe a influenciar as idéias de desenvolvimento no campo econômico, havendo importantes implicações da noção de desenvolvimento sustentável em relação ao mundo dos negócios. Essas implicações seriam observadas nas oportunidades de acesso empresarial aos mercados e tecnologias, nas práticas comerciais, que incluiriam valores ambientais – uma ênfase maior em investimentos e retornos de longo prazo e uma mudança para uma cultura de poupança, em vez da cultura de consumo.

A proposição do ambientalismo renovado não está imune às críticas, sobretudo dos ecologistas radicais. De acordo com os estudos de Egri e Pinfield (2001), a abordagem não obrigaria as pessoas, de forma geral, a um compromisso forte com a preservação do meio ambiente, pois permite o uso dos recursos naturais, o que não colocaria freios na exploração do meio ambiente. Por outro lado, segundo os mesmos autores, as críticas dos economicistas incidem sobre os custos de produção e a redução dos empregos implícita na agenda do ambientalismo renovado. Enfatizam, ainda, que o excesso de regulamentações ambientais é uma ameaça à livre iniciativa e às liberdades individuais.

Em termos amplos, o pano de fundo de toda a discussão é a idéia de que os recursos naturais precisam ser utilizados para garantir a qualidade de vida da humanidade e que esta precisa trabalhar para a preservação do meio ambiente, visando a sustentabilidade de seu desenvolvimento. Neste sentido é que a noção de ambientalismo renovado tende a incorporar a noção da sustentabilidade como modo de agir na tomada das decisões empresariais. De acordo com esta diretriz, a certificação florestal, tratada na próxima subseção, apresenta indicativos sobre o uso teórico-prático das questões debatidas.

1.3 Certificação florestal

Para Elliott e Donovan (1996), certificação é o processo no qual o proprietário de uma floresta requer a um certificador independente, de forma voluntária, a inspeção de sua área florestal. O processo de certificação pode também incluir uma auditoria dos produtos florestais ao longo de toda a cadeia produtiva, possibilitando que os produtos possam ser certificados, para a venda, como oriundos de florestas manejadas de forma sustentável.

Para Meidinger, Ellikott e Oesten (2003), a certificação florestal não é ainda uma prática costumeira ou de longo prazo, mas sim emergente. Vogt *et al.* (1996) identificam que registros dos cuidados com as práticas de manejo florestal são encontrados já na Idade Média, na Alemanha e na França, tomando contornos institucionais na década de 1980.

Os mesmos autores indicam que em 1983 a *Food and Agriculture Organization* (FAO), órgão das Nações Unidas, através do *World Forest Appraisal Programme*, expande suas atividades de inventário florestal, de forma a levantar dados quantitativos e qualitativos das florestas mundiais. Por meio deste programa, os impactos humanos sobre as condições florestais tornam-se oficialmente incorporados nesta base de dados internacional. Este relatório gera um debate mundial sobre a extensão das áreas florestais perdidas e sobre ferramentas a serem implementadas para garantir o gerenciamento sustentável das florestas existentes. Tal movimento alavanca uma série de ações que irão resultar no primeiro sistema de certificação florestal, o *Forest Stewardship Council* (FSC).

De acordo com Meidinger, Elliott e Oesten (2003), os programas de certificação florestal proliferaram rapidamente após o lançamento do FSC. São contabilizados até 20 programas de certificação disponíveis no mundo atualmente, os quais convergem no entorno de duas alianças: uma centrada na orientação do FSC, considerada uma orientação do tipo não governamental (*NGO-oriented*) e outra centrada no *Pan European Forest Certification Council* – PEFC, considerada uma orientação do tipo produção florestal (*forest production-oriented*).

Juvenal e Mattos (2002) indicam uma ampliação na busca pela certificação florestal, à medida em que grandes consumidores de madeira passam a exigir o uso do “selo-FSC”. Mesmo assim, os autores apontam para o fato de

que ainda existem poucos protocolos de certificação e instituições certificadoras no mundo.

1.3.1 *Forest Stewardship Council – FSC*

O FSC é uma entidade internacional, surgida do trabalho de um grupo de consumidores, produtores e comerciantes de madeira, representantes de organizações ambientalistas e de direitos humanos, que, no início da década de 90, sentiram a necessidade de identificar a madeira oriunda de florestas, bem como aquela oriunda de reflorestamentos, buscando estabelecer referências do que seria um bom manejo florestal (FSC-BRASIL, 2005).

De acordo com Martinelli (2005, p.1), a entidade tem o “propósito de concentrar a conservação ambiental, a viabilidade econômica e benefícios sociais em um único sistema internacional de certificação florestal”. Para Meidinger, Elliott e Oesten (2003), o FSC foi projetado para desenvolver padrões de gerenciamento florestais aplicáveis globalmente e para disponibilizar um sistema institucional de implementação destes padrões. Características estas que são seguidas por outros programas de certificação florestal.

O FSC credencia organizações certificadoras de modo a garantir a autenticidade de suas declarações acerca dos manejos florestais que observam e certificam. No processo, o objetivo do FSC é “promover o manejo das florestas do mundo de forma ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável” (FSC-BRASIL, 2005, p. 1). Meidinger, Elliott e Oesten (2003, p. 6) indicam que tal propósito é cumprido pelo estabelecimento de um padrão mundial de princípios de manejo florestal e pela adaptação destes princípios e critérios às condições locais, de forma a preservar os serviços de ecossistema providos pela floresta à comunidade de seu entorno. Além disso, o conjunto de padrões definidos pelo FSC orienta-se pela discussão mundial acerca do desenvolvimento sustentável, estando presente entre os princípios os elementos sociais, ambientais e econômicos.

Percebe-se, nestas afirmativas, a relação dos objetivos da certificação florestal via FSC com os conceitos de desenvolvimento sustentável apresentados na seção anterior, seja o oriundo do Relatório Brundtland, seja o estabelecido a partir do encontro Rio-92. Pode-se depreender a ligação da certificação florestal, por esta via, com as idéias de ambientalismo renovado.

Para o *Greenpeace* (2005), os critérios de certificação florestal do FSC são os melhores em âmbito mundial, porque o consumidor tem garantias de que a extração da madeira foi realizada de forma ambientalmente adequada, de que os direitos das comunidades do entorno foram respeitados, de que a exploração da madeira resulta em benefícios para a população local, bem como “condições de trabalho adequadas, segurança e melhor qualidade de vida para os trabalhadores”. Esta afirmativa é ratificada por Taylor (2005), que indica ainda que o FSC representa uma aliança entre organizações ambientais, indústrias da madeira e usuários de produtos florestais que não têm precedentes.

1.4 *Benefícios da certificação florestal*

Nesta seção, busca-se apontar indicativos na literatura nacional e internacional acerca de benefícios encontrados na implementação da certificação do manejo de produtos florestais. Cabe sublinhar que, mesmo de forma sumária, os trabalhos apresentados possibilitam o entendimento de como a certificação pode contribuir para ganhos de competitividade dos produtos junto aos mercados onde são comercializados.

O FSC identifica benefícios para quem busca certificação do manejo florestal, tais como: a) para os produtores florestais: preços melhores, aumento de produtividade, melhoria de imagem; b) para beneficiadores e revendedores: garantia de origem, reconhecimento do mercado, responsabilidade social; c) para os consumidores: garantia de origem, contribuição para a causa (no sentido da preservação ambiental, respeito à legislação, direito dos trabalhadores e da comunidade) (FSC-BRASIL, 2005), porém não as ilustra quantitativamente.

Em âmbito nacional, Martinelli (2005a) destaca os resultados de uma oficina promovida pelo FSC-Brasil em 2004 na cidade de Porto Velho, RO. Entre os pontos fortes identificados estavam: facilidade de acesso a mercados; garantia de origem do produto ao consumidor; sustentabilidade da floresta; preservação das espécies ameaçadas de extinção; transparência do processo para a sociedade; legalidade do trabalho, maior valor agregado ao produto; acesso a novos mercados e conseqüente aumento de renda; melhor planejamento de ações e maior organização; respeito às questões indígenas; aprendizado

acerca do gerenciamento do processo produtivo florestal, principalmente para os povos indígenas. Entre os pontos fracos aparecem: o aumento de custo da produção e a concorrência com produtores que atuam ilegalmente ou com custos mais baixos, excesso de burocracia, falta de apoio e incentivo governamental para os processos de certificação e a falta de entendimento da sociedade acerca do que é a certificação florestal.

Do ponto de vista internacional, Nebel, Quevedo, Jacobsen e Helles (2005), em estudo de caso das florestas da Bolívia, identificaram se os produtores tiveram benefícios com a certificação, devido a sistemas de produção mais eficientes, acesso mais facilitado a mercados e preço prêmio para os produtos. Entre as conclusões mais significativas está a constatação da obtenção de preços prêmios maiores (entre 5 e 51%) para os produtos certificados. O ganho adicional cobre o incremento dos custos de produção gerado pela adoção da certificação. Identificam também uma função de controle sobre a cadeia produtiva, que se originou da criação de fóruns com diferentes atores do processo, para o estabelecimento de consenso e pontos de referência comuns no gerenciamento florestal. Gullison (2003) afirma que os produtores que optam pela certificação conseguem obter facilidade de acesso a mercados e altos preços por seus produtos.

De Camino e Alfaro (1998) apontam que a certificação via FSC resulta em melhoramentos do manejo técnico florestal, da relação com trabalhadores e autoridades locais e acesso a novos mercados. Porém, o mesmo processo de certificação é criticado por apresentar um forte viés do paradigma conservacionista estabelecido pelos países desenvolvidos. Estes estão preocupados muito mais com as questões ambientais do que com a realidade dos negócios. Fato que acaba sendo ratificado pelas certificadoras, que são em grande parte oriundas daqueles países. Enfatizam que os níveis de qualidade e exigência feitos para a certificação deveriam ser adaptados à realidade dos locais onde esta ocorre.

Sobre esta crítica, cabe fazer uma ressalva. Informações coletadas junto ao FSC-Brasil (2005) permitem concluir que, de 1998 (período da publicação do artigo de De Camino e Alfaro) para 2005, mudanças ocorreram no processo de certificação, visando superar os problemas que os autores apontam, principalmente quanto à não adaptação dos padrões à realidade local. Entre as modificações está a inclusão de reuniões sistemáticas com a comunidade

envolvida no processo, a fim de identificar as formas de interação da população com a floresta, incluindo elementos destas discussões no processo de certificação, bem como a ampliação da sistemática de “educação” destas populações para a continuidade de suas atividades dentro dos requisitos estabelecidos.

Por outro lado, Rametsteiner e Simula (2002) enfatizam que a certificação consegue gerar estabilidade de mercados para os produtores e possibilitar acesso a mercados onde o manejo sustentável é requisito de entrada. Enfatizam que o objetivo inicial, que era a ampliação da certificação em áreas tropicais, ainda não foi obtido e que isso fica evidente quando se olha a concentração de certificação em florestas localizadas no hemisfério norte. Mesmo assim, identificam como positivo o sucesso na disseminação de conhecimentos acerca do gerenciamento florestal sustentável, envolvendo aspectos econômicos, sociais e ambientais através da certificação.

Para Molnar (2003), a certificação não tem criado nichos de mercado nos quais as comunidades localizadas em países em desenvolvimento podem efetivamente competir. Para essa autora, é necessário garantir-se mercado ou um preço prêmio às comunidades, em função da dificuldade em financiar-se a certificação. Nos casos que estuda – México e Guatemala –, a certificação florestal é financiada por agentes internacionais, indústrias florestais e agências governamentais; porém, não se pode esperar que essa forma de subsídio continue indefinidamente.

No conjunto de estudos abordados, existem expectativas acerca dos benefícios que a certificação pode gerar, porém com ênfase positiva nas certificações feitas em florestas localizadas em países desenvolvidos. Estudos feitos pelo FSC-Brasil (2005) apontam que esses países apresentam maiores facilidades para certificação, uma vez que seus manejos florestais encontram-se em situação mais próxima das definidas pelos padrões de certificação do que aqueles encontrados nos países subdesenvolvidos, os quais precisam investir de forma significativa na capacitação do seu pessoal visando à superação das debilidades encontradas na sistemática de manejo.

2. A Ervateira Putinguense e a erva-mate certificada

A erva-mate (*Ilex paraguariensis*) cresce espontaneamente em regiões de matas de *Araucaria angustifolia*

e matas subtropicais, concentrando-se na região Sul do Brasil. Das 180 mil toneladas produzidas no Brasil, 97% são provenientes dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por representar um setor econômico importante para diversos municípios, a busca pela adequação da estrutura do sistema produtivo, aos moldes empresariais, tornou-se um desafio para os produtores rurais e para as instituições de apoio, bem como para as instituições de ensino regionais que passaram a contribuir para o incremento de tecnologias, sistemas de gestão e qualidade.

No Rio Grande do Sul (RS), na região do Alto do Vale do Taquari, as matas nativas de erva-mate passaram a ser uma alternativa econômica extrativista desde 1910. Os solos profundos, bem drenados, e o clima temperado são adequados a este cultivo, o que contribui para a manutenção histórica do setor.

No município de Putinga, distante 200 km de Porto Alegre, capital do RS, atualmente são produzidos aproximadamente 30 mil quilos de erva-mate por dia, nas nove indústrias ervateiras instaladas. Dentre estas, a Ervateira Putingense diferencia-se ao agregar à produção a certificação florestal pelo FSC. A família Guadagnin, dona do empreendimento, trabalha com o cultivo da erva-mate desde 1912. Em 1944, a marca Erva-Mate Putingense foi registrada e, neste período, produzia-se erva-mate a partir do cultivo da matéria-prima em terras próprias. O senhor Eduardo Guadagnin responde pela propriedade estudada desde 1983.

Ao longo do tempo, a Fazenda Putingense, onde a ervateira funciona, teve fonte de renda a partir da lavoura de milho, da plantação de erva-mate e da extração e comercialização de madeira nativa (principalmente a araucária), sempre acompanhada de agricultura e criação de animais para subsistência. Atualmente, a principal fonte de renda é o manejo da erva-mate em ambiente florestal e plantio da mesma em áreas de roçado, havendo continuidade nas atividades agropecuárias voltadas para o sustento da propriedade (FSC/SMARTWOOD, 2006).

A Ervateira, além do beneficiamento, produz parte da matéria-prima que consome. De acordo com o FSC/SmartWood (2006, p. 8), a capacidade de processamento anual total da Ervateira é de 650 t de erva-mate verde ou 260 t de erva-mate seca. Sendo que 70.000 kg/ano de erva verde ou 28.000 kg/ano de erva-mate seca têm origem na área da empresa que foi certificada pelo FSC.

Trabalham diretamente na produção 12 pessoas, sendo que 8 pertencem à família Guadagnin. Destaca-se que, de acordo com as informações de Batmanian (2003) e Funbio – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – (2006), a erva-mate produzida pela propriedade é a única no Brasil com certificação florestal pelo FSC.

De acordo com o Funbio (2006), o sistema de produção utilizado é o “sistema agroflorestal”, ou seja, o consórcio de cultivo comercial e florestas nativas. No caso, o consórcio se dá entre a produção de erva-mate e a mata nativa da região. Da área total da unidade produtiva (69 ha), 31 ha são destinados à erva-mate adensada e associada à floresta, 5 ha são de áreas naturais e 7 ha são de áreas de proteção permanente (APP's), o que representa 62% da propriedade.

A idéia de certificação da erva-mate nasceu com o projeto Sustentabilidade e Certificação Florestal na Mata Atlântica, que teve apoio financeiro do Programa Fundação Ford/Funbio em parceria com a SOS Mata Atlântica, o Imaflo e o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Este programa levantou 14 espécies nativas de Mata Atlântica que poderiam ter a exploração feita sob a ótica ecológica, econômica e social, dentre as quais estava a erva-mate (FUNBIO, 2006).

Segundo o senhor Eduardo Guadagnin, a constatação de perdas de rendimento oriundas do trato tradicional da erva-mate, aliada a sua preocupação pessoal com a preservação do meio ambiente, levaram-no a buscar alternativas de manejo da produção ecologicamente mais adequadas, colocando-o em contato com o projeto citado.

No processo de mudança feita na sistemática de produção foram relevantes as parcerias estabelecidas com a Emater-RS e a Universidade do Vale do Taquari – Univates. Ambas contribuíram para que a unidade produtiva obtivesse a certificação: a Emater-RS, por meio do suporte técnico às boas práticas de cultivo da erva-mate, e a Univates, com o assessoramento da unidade produtiva no desenvolvimento das condições técnicas e normativas e de controle necessárias para a obtenção da certificação pelo FSC, principalmente no desenvolvimento do plano de manejo e no assessoramento das atividades realizadas na análise de pré-avaliação (FSC/SMARTWOOD, 2006, p. 4-9). Estas informações foram ratificadas pelo senhor Eduardo durante as entrevistas.

Até 2001, o senhor Guadagnin conduzia as atividades produtivas de modo informal, não havendo nenhum sistema

de planejamento das atividades de exploração e tampouco um sistema de monitoramento. Este controle formal passou a ser feito a partir do ano de 2002. Situação que coincide com o momento no qual a Ervateira Putinguenense recebeu o selo de Qualidade-Univates, oriundo da parceria entre a unidade produtiva e a universidade (FSC/SMARTWOOD, 2006, p. 6).

O processo de produção ecológica da erva-mate resultou, em 2003, no Selo de Qualidade Florestal fornecido pela FSC (FUNBIO, 2006). Durante a entrevista, o proprietário enfatizou que, das 35 toneladas produzidas através do manejo ecológico, apenas 2 toneladas recebem o selo da FSC, as demais recebem o selo de qualidade da Univates. Na parceria estabelecida entre o senhor Guadagnin e outros produtores da região, há intenção de se ampliar a certificação via FSC para outras propriedades, mas a concretização da idéia esbarra, principalmente, nos custos envolvidos.

O manejo exige práticas diferenciadas, dado que os ervais devem ser cultivados intercalados com a mata nativa para manter o equilíbrio e a biodiversidade. Esse modo de produção rompeu com o modo produtivo tradicional, pois o que passou a ser valorizado como resultado produtivo foi o equilíbrio ambiental do sistema produtivo em detrimento da escala de produção. Obtidos os primeiros resultados, passou-se a buscar a ampliação da escala, evidenciada pela busca de parcerias produtivas para ampliar a área certificada.

Neste processo, a difusão do conhecimento sobre as técnicas de manejo ecológico é feita para os parceiros pelo senhor Guadagnin, sendo motivada tanto pelo ideal ecológico da causa, como pela necessidade de se aumentar a escala de produção. Para se ocupar 80% da capacidade da agroindústria com a manufatura de erva-mate ecológica, seriam necessários cerca de 800 ha de floresta associada com a produção da erva-mate sob manejo ecológico. Mantida a média de volume de área das propriedades que já se integraram ao processo, seriam necessários mais 75 parceiros para atingir esse volume.

A modificação no modo de produzir alterou também a gestão da propriedade. Na relação estabelecida entre a agroindústria e seus fornecedores, verifica-se a ausência de contratos formais: “aqui todos são livres para escolher com quem trabalhar” (GUADAGNIN, 2004). A parceria se estabelece pelos preços diferenciados pagos pela agroindústria, em torno de 20% a mais para o quilo da arroba (15 kg)

produzida, e pela afinidade com a causa ecológica.

De acordo com a Funbio (2006, p. 1), “o produto chega a ser vendido no varejo por até R\$ 5,00 o quilo, enquanto que a erva não certificada é comercializada por R\$ 1,95”. O preço prêmio obtido é resultado da característica orgânica do produto, da sua ênfase na proteção ambiental e da diferenciação de sabor conseguida na erva-mate (mais adocicada) pelo maior sombreamento da área produtiva (GUADAGNIN, 2004).

Além disso, o processo gerou uma nova possibilidade de mercado. Recentemente, uma indústria de cosméticos adquiriu parte da erva-mate certificada para produção do extrato desta. O extrato é manipulado e serve de essência à fabricação da linha de produtos naturais da indústria. Esta vincula sua imagem com a natureza e a proteção do meio ambiente como um elemento forte de suas campanhas publicitárias. Segundo Guadagnin (2004), neste fornecimento chega a receber um valor 67% maior pelo quilograma da erva-mate.

Existem também especulações por parte de outros segmentos, como o da indústria farmacêutica, em trabalhar com a erva-mate para a produção de compostos mais elaborados. Esse potencial decorre de propriedades nutritivas e químicas encontradas na erva-mate que poderiam ser utilizados na produção de fármacos.

2.1 *Análise dos aspectos propostos*

Considerando-se os eixos de discussão propostos (competitividade, certificação florestal e ambientalismo renovado) e o objetivo geral do artigo, podem ser feitas as seguintes considerações:

Em relação à competitividade, a opção pelo plantio ecológico possibilitou um incremento em termos de preço para o produto, o que varia de 20% a 67%, dependendo do mercado consumidor para onde a erva-mate é destinada. Esse valor é importante, pois optou-se em reduzir a escala de produção para se obter uma diferenciação, a qual oferece retorno, na forma de preço, para o produtor, cobrindo o incremento nos custos produtivos da erva-mate certificada e gerando excedente de renda para o produtor. A erva-mate ecológica ainda possibilita o acesso a nichos de mercado (produtos ecológicos e produtos orgânicos); cria um novo mercado para a erva mate – o de matéria-prima para a indústria cosmética; e abre oportunidades junto a outro

mercado potencial – a indústria farmacêutica. Situação esta que é coerente com as afirmativas feitas por Ferraz, Kuperf e Haguénauer (1997).

O conhecimento acerca das técnicas de manejo pode ser considerado como um recurso importante nesse processo. Mesmo sendo esse conhecimento uma arma competitiva que está sob domínio do empresário-produtor, o mesmo tenta torná-lo uma ferramenta de uso coletivo entre os parceiros. Fica claro que a necessidade de ampliação da escala de produção é um dos fatores motivadores deste comportamento, mas pode-se especular que este seja fruto de uma tendência comportamental do gestor, influenciado pelo paradigma que orienta o conceito de desenvolvimento sustentável e que se pauta, entre outras coisas, em atividades mais colaborativas. Assim, em termos de sustentabilidade, observando as assertivas de Azevedo (2000), existe grande possibilidade para a empresa crescer e sobreviver neste mercado diante da carência de oferta dos produtos que gera e da ausência de concorrentes diretos.

Dentro da idéia de padrões de competitividade, ao buscar a certificação FSC, a unidade produtiva atende a um padrão de competitividade internacional, o qual não seria necessário no seu mercado de atuação. Mas o que seria um excesso acabou constituindo-se numa vantagem competitiva real. Neste sentido, o caso observado vai além da idéia de Coutinho e Ferraz (1997) sobre padrão de competitividade e ratifica a afirmativa de Best (1990) – as firmas, ao adotarem a estratégia de diferenciação, tendem a alterar o ambiente competitivo a seu favor.

Analisando o caso sob o prisma do enfoque do ambientalismo renovado, observa-se que as idéias que movem o processo produtivo estão de acordo com as premissas básicas desta abordagem. O gestor implementou as melhorias no processo produtivo engajado na idéia da sustentabilidade dos recursos naturais, impulsionado, entre outras coisas, por uma preocupação ecológica, obtendo também competitividade no processo produtivo.

Em termos de tecnologia para adequação do processo produtivo, esta foi modificada apenas na etapa da produção da matéria-prima, mas poderia ser estendida para o restante do processo produtivo, que ainda é tradicional. Essa situação abre possibilidades imediatas de modificação do processo, visando a otimização das fontes de energia (lenha) e redução de emissões (fumaça e cinzas). Contudo, em termos de impactos nos recursos, segundo a concepção de Egri e

Pinfield (2001), a etapa de produção de matéria-prima é a maior potencializadora de riscos ambientais, o que indica que a escolha para o início das modificações foi correta.

O estudo de caso observado também aproxima-se da concepção do ambientalismo renovado por envolver diferentes instituições governamentais e públicas. Isso é comprovado pela captação de recursos que foi utilizada para iniciar o manejo. Tal condição não obriga as pessoas a um forte compromisso com o meio ambiente, como sustentam os ecologistas radicais, pois as motivações para tal não são puramente normativas, mas envolvem questões sociais e econômicas que sustentam o engajamento. Isso tende a contribuir para a modificação das posturas dos indivíduos, que incorporam as questões ambientais como parte de sua preocupação diária frente aos processos produtivos. Assim, a idéia da produção ecológica de erva-mate em consórcio com a mata nativa ajusta-se à construção de boas práticas do uso dos recursos naturais e de limites para a exploração, premissas básicas, segundo Egri e Pinfield (2001), da noção de ambientalismo renovado.

Finalizando, observa-se que a certificação do manejo florestal via FSC, ao propor a idéia do manejo de forma ambientalmente correta, é socialmente benéfica e economicamente viável, pois fornece o amálgama necessário entre a competitividade e a idéia do ambientalismo renovado. Esta afirmativa está de acordo com os preceitos estabelecidos no WDR (2003), o qual estabelece que, sem atender às questões econômicas e sociais, a sustentabilidade ambiental não gera o desenvolvimento sustentável. No caso estudado, o preço prêmio e as novas possibilidades para o produto erva-mate ratificam esta posição.

É claro que os custos para se manter a certificação, como apontam os autores De Camino e Alfaro (1998) e Gullison (2003), sejam talvez a maior restrição para processo produtivo. Porém, este problema foi minimizado pela ajuda de instituições engajadas com a causa ambiental, como a Funbio. Mas cabe uma ressalva: essa ajuda foi apenas para implementar a certificação; no mais, é a própria atividade comercial da empresa que mantém as obrigações com a certificadora. Neste sentido, o estudo de caso depõe contra o apontamento de Molnar (2003), pois é a exclusividade do nicho de mercado que garante a vantagem competitiva para o produto certificado.

4. Considerações finais

Pode-se dizer que a escassez de dados quantitativos figura como uma das restrições às análises. Como esta é uma área emergente, existem poucos artigos científicos sobre certificação florestal publicados no Brasil, o que contribuiu para o limite de informações identificado. Por esse motivo, buscou-se evidenciar qualitativamente os ganhos da adoção da certificação do manejo florestal, contribuindo para o entendimento acerca deste tipo de certificação em âmbito nacional. Contudo, os dados apresentados devem ficar restritos a este caso particular, incentivando novos estudos para permitir uma extrapolação das observações.

Referências

- ANDRADE, T. Inovação tecnológica e meio ambiente: a construção de novos enfoques. *Ambiente & Sociedade*. Campinas: UNICAMP, 25 de abril de 2004.
- AZEVEDO, P. F. Concorrência no agribusines. In: ZYLBERSTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). *Economia & gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.
- AZEVEDO, T. R. Catalyzing changes: an analysis of the role of FSC forest certification in Brazil. In: ENVIREFORM CONFERENCE – HARD CHOICES, SOFT LAW, 2., 2001. Toronto, Nov. 8-9, 2001.
- BANSAL, P.; ROTH, K. Why companies go green: a model of ecological responsiveness. *Academy of Management Journal*, v. 43, n. 4, p. 717-736, 2000.
- BATMANIAN, G. Certificação florestal pelo FSC. In: SEMINÁRIO A QUESTÃO FLORESTAL E O DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: BNDES, 2003.
- BEST, M. *The new competition*. Cambridge: Harvard, 1990.
- COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. (Coords.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.
- DE CAMINO, R.; ALFARO, M. La certificación en América Latina: experiencias hasta la fecha. *Red Forestal para El Desarrollo Rural*, n. 23C, verão 1998.
- EGRI, C. P.; PINFIELD, L. T. Ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S. T.; NORD, W. R.; HARDY, C. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2001.
- ELLIOTT, C.; DONOVAN, R. Z. Introduction. In: VIANA, V. M.; DONOVAN, R. Z.; ELLIOTT, C.; GHOLZ, H.; ERVIN, J. *Certification of forest products*. Washington: Island Press, 1996.
- FERRAZ, J. C., KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. *Made in Brazil*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FSC-Brasil. O processo de certificação. Disponível em: <<http://www.fsc.org.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005.
- FSC/SMARTWOOD. Resumo público de certificação de Ervateira Putinguense Ltda. Piracicaba: Imaflora, 2003. Disponível em: <<http://www.rainforest-alliance.org/programs/forstry/smartwood/documents/ervateiraputinguensefmpubs/um05.pdf#search=ervateira%20putinguense>>. Acesso em: 29 mar. 2006.
- FUNBIO. Erva-mate com certificação inédita entra no mercado. Disponível em: <<http://www.funbio.org.br/publique/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=937&sid=21>>. Acesso em: 29 mar. 2006.
- GREENPEACE. Cresce a demanda global por produtos certificados pelo FSC. Remade. Disponível em: <<http://www.remade.com.br>>. Acesso em: 2 maio 2005.
- GUADAGNIN, E. Entrevista não estruturada realizada durante visita técnica à Ervateira Putinguense, RS, em 20 de novembro de 2004. Porto Alegre: CEPAN/UFRGS, 2004.
- GUIMARÃES, E. A. *Acumulação e crescimento da firma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- GULLISON, R.E. Does Forest certification conserve biodiversity? *Oryx*, v. 37, n. 2, p. 153-165, 2003.
- JUVENAL, T. L.; MATTOS, R. L. G. O setor florestal no Brasil e a importância do reflorestamento. *BNDES Setorial*. Rio de Janeiro, n. 16, p. 3-30, set. 2002.
- MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MARTINELLI, B. M. A nova política do conselho de manejo florestal (FSC) para operações florestais com manejo em pequena escala e de baixa intensidade. Disponível em: <<http://www.fsc.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2005.
- _____. Pedras no caminho: hoje e o amanhã da certificação florestal em iniciativas de manejo comunitário na Amazônia Brasileira. Disponível em: <<http://www.fsc.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2005a.
- MEIDINGER, E. E.; ELLIOTT, C.; OESTEN, G. The fundamentals of forest certification. In: _____. (Eds.). *Social and political dimensions of forest certification*. Remagen-Oberwinter: Kessel, 2003.
- MOLNAR, A. Forest certification and communities: looking forward to the next decade. Washington, DC: Forest Trends. Disponível em: <<http://www.forest-trends.org>>. Acesso em: 30 jun. 2005.
- NEBEL, G.; QUEVEDO, L.; JACOBSEN, J. B.; HELLES, F. Development and economic significance of forest certification: the case of FSC in Bolivia. *Forest Policy and Economics*, n. 7, p. 175-186, 2005.
- RAMETSTEINER, E.; SIMULA, M. Forest certification – an instrument to promote sustainable forest management? *Journal of Environmental Management*, n. 67, p.87-98, 2003.
- RIBEIRO, G.L. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado, nova ideologia/utopia do desenvolvimento*. Série Antropologia. Brasília: UnB, 1992.
- SIMIONI, F. J.; HOFF, D. N. A caracterização do cluster da madeira do planalto serrano de Santa Catarina. Lages: Uniplac/Funcitec, 2003. (relatório de pesquisa).
- TAYLOR, P. L. In the market but not of it: fair trade coffee and Forest Stewardship Council certification as market-based social change. *World Development*, v. 33, n. 1, p. 129-147, 2005.
- VIRTUOSO, J.C. Desenvolvimento, gestão ambiental e sustentabilidade: compreendendo o novo paradigma. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá: UEM, n. 38, jul. 2004.
- VOGT, K. A.; LARSON, B. C.; GORDON, J. C.; VOGT, D. J.; FANZERES, A. *Forest certification: roots, issues, challenges, and benefits*. New Haven: CRC Press, 2000.
- WCED – World Commission on Environment and Development. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- WDR – World Development Report 2003. *Sustainable development in a dynamic world*. Washington: WorldBank, 2003.
- YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.